REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO, HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO

VOL. LVIII

RECIFE - 1993

Arquitetura Franciscana: Tempo e Forma

Ulysses Pernambucano de Mello, neto

Este artigo pretende antecipar alguns resultados colhidos em pesquisas de Arqueologia Histórica que venho executando desde 1986 na Igreja e no Convento Franciscano de Santo Antônio de Igaraçu, por ocasião das obras de restauração ali realizadas.

Esses bens culturais são tombados pelo Governo Federal desde 17.05.1938 e abrigam ainda uma pinacoteca, de excepcional valor histórico e artístico, com pinturas a óleo sobre madeira do Século XVIII.

Iniciadas as obras de restauração — dos edifícios e das obras de arte do seu interior — começaram a surgir sinais reveladores de uma série de modificaçôes introduzidas na estrutura do conjunto arquitetônico, ao longo da sua existência.

Diante da quantidade e da complexidade dessas alterações, julgou-se oportuno empenhar os esforços de profissionais de História e de Arqueologia para fornecer subsídios ao Projeto de Restauro e, ao mesmo tempo, reunir e interpretar os dados que fossem sendo descobertos, visando à elaboração, no futuro, da História do Convento e Igreja de Santo Antônio.

Não obstante a grande curiosidade provocada nos estudantes e no público interessado em compreender a atividade construtiva dos franciscanos na prática dessa "verdadeira Escola" de fazer mosteiros no Brasil, os especialistas pouco puderam contribuir para explicar a origem e a evolução dos mais antigos exemplares conventuais desta Ordem Religiosa.

Este artigo, portanto, é fruto da primeira oportunidade que tive, desde o tempo em que comecei a usar os conhecimentos e os métodos arqueológicos e confrontá-los com a Do-

cumentação Histórica, para tentar entender o como principiou e de que maneira evoluiu, com o passar dos anos, o Convento e a Igreja dos frades menores da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil levantado, a partir de 1588, no município pernambucano de Igaraçu, a quarenta quilômetros do Recife.

As informações compulsadas ao longo da pesquisa e utilizadas aqui, são de origem documental — a saber, impressas, manuscritas e iconográficas — e material, estas provenientes das escavações. São os artefatos e os vestígios arqueológicos, ambos de grande importância para a reconstituição do desenvolvimento do conjunto arquitetônico. Essas evidências podem ser resumidas em quatro tipos básicos: o primeiro deles abriga informações descobertas, registradas e mantidas, tal como foram encontradas, isto é, integradas ao "corpo" da edificação. É o caso das pias, armários, janelas e alicerces, deixados à vista do observador, sempre que possível. O segundo tipo é o formado por antigos componentes permanentes do edifício, mas separados dele pela ação do homem, no passado. Em algumas situações, ficou patente a reintegração desses elementos em outro ponto da mesma estrutura física em função de uma utilização secundária. Para exemplificar refiro as peças de cantaria oriundas do antigo altar-mor do Século XVII, o qual, depois de demolido, teve seus fragmentos usados como material de construção nas obras de ampliação da Igreja.

Nesta mesma categoria incluem-se os azulejos os quais, antes aplicados no revestimento das paredes da nave, formam hoje um autêntico quebra-cabeças que vai, aos poucos, sendo recomposto, na medida em que as peças são recolhidas no solo, durante a pesquisa.

O terceiro tipo de "restos" arqueológicos encontrado reúne os artefatos abandonados ou descartados após o uso, no dia-a-dia da comunidade religiosa.

Finalmente, o quarto tipo de informação é composto pelos diversos níveis estratigráficos, a saber, as camadas do solo postas a descoberto nas escavações e, quase sempre, relacionadas com o conjunto edificado.

Os três primeiros tipos anotados podem ser tratados e expostos diretamente, como objetos museológicos; o último só pode ser mostrado com facilidade, de forma indireta, pelo desenho e pela fotografia.

A abundância e clareza desses "documentos", vem propiciando a prática de uma atitude pouco usual na recuperação e exposição, ao público, dos Bens Patrimoniais Construídos, que merece ser registrada. No Convento de Igaraçu a pesquisa vem trabalhando no intúito de dar sentido didático à grande densidade histórica que o monumento abriga, em forma de artefatos revelados nas antigas alvenarias e consolidados pela restauração.

Esta maneira nova de apresentar um objeto cultural permite que a unidade estética, antes tão insistentemente perseguida como resultado final da restauração, ceda lugar à produção (na accepção de materialização e não de fabricação) das fases pelas quais passou o edifício, estas deixadas à mostra para que o imóvel "fale" por si mesmo. A manutenção dessas informações diante do olhar do observador comum é pedra basilar na busca de democratizar o conhecimento do bem cultural. Esta "nova" forma de mostrar o antigo "monumento" pode ser vista, já consolidada, na experiência pioneira efetuada na restauração (em 1985) da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Velha, Itamaracá, Pernambuco.

O desenvolvimento continuado dos trabalhos de pesquisa vem propiciando aos técnicos a visão, cada vez mais clara e estruturada, da evolução e das decorrentes mudanças introduzidas, ao longo do tempo, na Igreja e no Convento de Igaraçu, desde o núcleo inicial do assentamento até a "reforma" efetuada nos primeiros anos da década trinta deste século.

Apesar disso não se pode desconsiderar os vários estudos e análises existentes a respeito da Arquitetura Franciscana no Brasil, mas, é curioso notar que, nenhum deles, explique como esses edifícios — em especial aqueles que remontam aos últimos anos do Século XVI e aos primeiros do seguinte — chegaram dos seus humildes nascimentos até as obras monumentais herdadas em nossos dias.

Por justiça deve-se creditar ao Historiador da Arte, Germain Bazin, a excepcional capacidade de percepção do trabalho franciscano quando afirmou, em 1956, que os "Conventos franciscanos da Região Nordeste do Brasil apresentavam soluções inéditas, cujo desenvolvimento lógico, que tem como ponto de partida tipos formados na segunda metade do Século XVII, pressupõe uma verdadeira escola de construtores pertencentes à Ordem". Entretanto, a divulgação de documentos acerca desses conjuntos religiosos não foi feita unicamente por Bazin; ao contrário, com o passar do tempo, cresceu o número dos que se dedicam ao tema e com

isso aumentaram as dúvidas e as responsabilidades. Como a presente investigação sobre a evolução da arquitetura franciscana é, até aqui, inédita, e como é importante assegurar a autoria e a interpretação das descobertas, parece prudente aclarar e antecipar alguns pormenores deste quadro que venho delineando faz cinco anos.

Como os trabalhos entram agora na fase, pode-se dizer, de síntese das informações recolhidas, é oportuno consolidar e publicar as linhas mestras do processo evolutivo da arquitetura, o qual, até agora, não havia sido entendido na sua inteireza, por nenhum tratadista entre os que abordaram a questão.

O Convento e a Igeja de Igaraçu, dedicados à invocação de Santo Antônio, foram construídos no último quartel do Século XVI, a partir da doação do terreno em 1588. Pouco mais tarde, durante os anos da ocupação flamenga do Nordeste, ficaram ambos gravados na memória, nas telas do Pintor holandês Frans Post, que esteve em Pernambuco, no período que vai de 1637 a 1644, como membro da comitiva de João Maurício de Nassau.

Após a retirada das tropas da Companhia das Índias Ocidentais desta parte do Brasil (1654), o estabelecimento religioso passou por várias obras importantes. A primeira delas foi concluída, segundo o Historiador Francisco Augusto Pereira da Costa, no ano de 1665. O autor dos Anais Pernambucanos prossegue em suas anotações referindo outras intervenções ocorridas em 1705, 1718 e 1748. Nas duas primeiras datas do Século XVIII a Igreja teria ganho, por acréscimo, o nartex ou galilé, isto é, o pórtico de entrada do edifício que deu ao templo a fachada dos dias que correm; na última data ganha a pintura do forro da nave, executada por "Rabelo" cujo nome completo é José Rebelo de Vasconcelos que a concluiu em 1749, segundo o Historiador José Antônio Gonsalves de Mello e registro deixado pelo pintor, parcialmente encoberto pela cimalha real sobre o coro.

Além das indicações de Pereira da Costa, o próprio imóvel conserva, em alguns pontos, inscrições epigráficas com o registro cronológico das transformações ocorridas. Tal é o caso do "Noviciado" estabelecido em 1661, ano gravado em um bloco de calcário, resgatado durante o exame de um trecho da parede de claustro. No mesmo sentido, o grande cruzeiro de pedra existente no adro da Igreja ostenta, na face voltada para o Templo, a data "1716" e no lado oposto, "1786".

Devo referir ainda a extensa "reforma" executada nos anos trinta deste século, cuja realização foi conhecida quando do encontro de inscrição pintada na "ilharga" da Igreja, em local posto a descoberto pelas prospecções.

Na primeira etapa dos trabalhos de investigação foram removidos, longos trechos do reboco que cobre as faces, interna e externa, das alvenarias, tanto da Igreja quanto do Convento. Retirado este obstáculo que se interpunha ao exame visual direto da estrutura e da massa das paredes, vieram à luz outras alterações e mudanças pelas quais passaram os edifícios.

Diante dos bons resultados obtidos com o emprego desse método de investigação, que utilizo com sucesso há mais de quinze anos, pareceu interessante divulgar alguns deles. O primeiro, e mais importante, está relacionado com o Convento e permitiu apreender "grosso modo" a transformação ocorrida a partir da pequena construção inicial de alvenaria de pedra, com argamassa de barro, até a levantada de pedra e cal a partir do final do Século XVII.

Verificou-se que o Convento, ao tempo de Frans Post tinha forma quadrada, cujo lado apresentava comprimento igual a extensão da nave e capela-mor. Para chegar a esta conclusão vali-me de evidências arqueológicas das quais enumero apenas três, por as haver considerado mais relevantes:

1ª) os cunhais em pedra calcária, que vêm a ser os arremates dos ângulos salientes que delimitavam a Igreja e o convento, pela parte externa;

2ª) o antigo beiral de tríplice telha, localizado em quase toda a extensão do convento, do lado voltado para o nascente encimando uma

3ª) seqüência de janelas (desentaipadas pela pesquisa), cujos vãos forneceram elementos indicadores das áreas internas e externas do Convento.

Estou seguro que as vastas obras empreendidas, após a ocupação holandesa, até 1749 foram realizadas com o reaproveitamento do núcleo original do Convento, sendo a

nova edificação erguida por fora e em derredor do velho edifício, o qual só deve ter sido desativado quando o "novo" convento, mais amplo, apresentou condições de habitabilidade, isto por volta de 1690. É importante verificar-se que os documentos históricos que examinei não fazem nenhuma referência aos prováveis transtornos que as obras poderiam ter provocado na vida da clausura.

Em resumo: concluída a construção do Convento, em derredor do "antigo" estabelecimento, este foi derrubado. Abria-se desta forma, espaço adequado para o nascimento do claustro, tal como chegou aos nossos dias.

Germain Bazin, em comentário sobre o tema, afirmou que "o Convento Franciscano sempre começava a ser construído pela parte destinada à moradia, de necessidade mais urgente à comunidade (religiosa), isto é, pelo corpo de edificações que margeava o claustro. Em seguida, pensava-se na capela-mor da Igreja; a nave só vinha depois e o frontispício era a preocupação final. As galerias do claustro, nem sempre eram construídas desde o princípio. Freqüentemente ocorre que seu estilo, sendo do Século XVIII, mostra uma defasagem em relação aos prédios do Convento, que são do século precedente".

Ao fazer essas observações, Bazin mostra haver percebido os dados mais importantes que o permitiria "produzir" o nascimento e crescimento de alguns conventos franciscanos. Faltou-lhe a indagação final: por que o claustro "mostra uma defasagem em relação aos prédios do Convento"? Em outras palavras, por que os claustros examinados por Bazin pareciam ser de feitura mais recente que o restante das obras?

Este Historiador francês, ao tempo em que alinhou uma série de evidências arquitetônicas sobre a evolução dos conventos, não conseguiu, porém, sair do terreno das simples conjecturas para o do concreto, se bem que — posso perceber hoje — tivesse à mão os elementos para obter uma resposta conclusiva.

Não posso me furtar a dizer que percorri o mesmo caminho que Bazin, verifiquei a mesma iconografia, fiz as mesmas comparações, bebi das mesmas fontes documentais. Como mais de trinta anos medeiam as observações do Historiador e as minhas, penso ter reunido maior quantidade de dados, mesmo porque dediquei mais tempo que ele a apenas um imóvel.

Pode-se afirmar que o Convento de Igaraçu, com sua Igreja anexa, evoluiu no mesmo local em que foi implantado originalmente, tal como é visto nas telas de Frans Post. Em que pese a cautela de Germain Bazin — segundo quem "a fidelidade dos desenhos e pinturas de Post sobre Pernambuco, depois de sua viagem ao Brasil, é bem relativa e não devemos aceitá-la incondicionalmente" — a importância da produção pictórica de Post cresce a cada momento diante das evidências arqueológicas examinadas.

Estas descobertas, que permitem perceber o aproveitamento parcial das antigas construções nas obras de expansão realizadas após o domínio holandês, devem ficar à mostra, após a restauração do imóvel, e parecem ser amplamente documentadas e ilustradas de maneira a promover a compreensão do observador ocasional.

Arrisco-me a dizer que, via de regra, esse aproveitamento é uma constante, pois os exemplares observados por mim, até o momento em Pernambuco, a saber, o do Recife e o de Sirinhaém, permitiram a verificação de indícios comuns a assinalar o mesmo processo, planejado e lógico, de evolução arquitetônica. O que decerto variará é o percentual de reutilização dos assentamentos primitivos.

Com relação à Igreja posso afirmar que se confirmou, pela prospecção arqueológica, a tese dos historiadores da arte acerca do acréscimo da galilé diante da antiga fachada do Templo, em substituição ao "copiar" retratado por Frans Post. É de grande importância o papel desse nartex que se afirma mais como elemento de recepção e circulação do público do que de permanência e estacionamento de "catecúmenos". Com seus três vãos para receber os que vêm do adro, propicia o acesso à nave pela porta central única. Pelas laterais, dá o ingresso à portaria e ao interior do claustro (pelo lado esquerdo) e aos aposentos destinados aos leigos, Ordem 3a. e Escola, pelo lado direito.

A posição da nave no conjunto edificado faz com que ela seja um divisor de águas, um separador entre o Convento e a vida religiosa, de um lado, e a Ordem Terceira, a escola para "gramática" do outro. Do lado do evangelho no isolamento do Convento, ficam os frades e o noviciado. No lado da epístola os leigos, os irmãos terceiros e o burburinho dos estudantes. A Capela dos Terceiros teve sua pedra fundamental benta e assentada em 1753 e foi concluída nove anos depois. A escola, que está referida muito de passagem na crônica do Novo Orbe Seráfico de Frei Jaboatão, é um pouco

anterior, havendo recebido "mestre de gramática" nomeado em 1718.

Infelizmente, desta escola feita às custas do povo, "fora da portaria" restam apenas os vestígios arqueológicos dos alicerces, nalguns trechos já aflorados pela prospecção. Entretanto, fotografia tomada nos primeiros anos deste século — divulgada em 1913 — é documento único que conheço e conserva a exata impressão da volumetria do conjunto com a participação destas desaparecidas construções.

O exame da fachada da galilé revelou também marcas de complementação ornamental ainda não conhecida, a respeito da qual acho oportuno fazer uma ponderação quanto à aparência que tinha, isto porque, removido o reboco por sobre o entablamento, que coroa as janelas do segundo pavimento, pude ver que o arquiteto originalmente compôs uma fachada mais rebuscada e melhor ajustada aos cânones das composições franciscanas do Século XVIII do que está visualizada em nossos dias. Os suportes aflorados desses componentes decorativos permitem supor como teria sido a frontaria por ocasião da conclusão da obra.

As informações evidenciadas na parte em exame, não foi suficiente para explicar por si só o porquê do encobrimento dos arremates estéticos das janelas, nem a época dessa ocorrência, nem a perfilatura que apresentavam, sacada do plano da parede.

A primeira justificativa que posso referir para a obliteração desses arremates pelo reboco, diz respeito à má qualidade do calcário empregado na factura da obra de cantaria, o que foi confirmado pelo exame direto. Corroídas e desgastadas pelo intemperismo, teriam essas peças sido simplesmente cortadas, ao invés de recompostas?

A segunda possibilidade — que advogo como a mais provável — está ligada à decoração que representariam, cujo simbolismo importou suprimir em determinada época. Procurando entender a razão desta supressão tive a sorte de conhecer dois documentos: um ligado à forma apresentada por esses vestígios e outro de caráter político-administrativo.

Quanto ao primeiro, refiro a pesquisa arqueológica realizada por mim, na Casa da Câmara e Cadeia de Igaraçu, em decorrência da qual foi externada informação idêntica à estudada na Igreja de Santo Antônio. No edifício da Câmara estavam representadas as armas portuguesas, trabalhadas em suporte de pedra calcária, as quais foram cortadas na parte em relevo que emergia do plano da parede. Os restos remanescentes foram posteriormente encobertos pelo reboco, mas ainda deixam entrever as marcas, em tudo similares as que se conservam na frontaria da Igreja.

O último documento aponta o desejo de apagar da memória visual, por imposição de uma ordem formal, todo o registro epigráfico que simbolizasse o poder da coroa lusitana no Brasil, a partir de 1822. Tal é o caso da Portaria do Presidente da Província de Pernambuco, Manuel de Carvalho Paes de Andrade, datada de 18 de fevereiro daquele ano, com relação aos edifícios públicos do Recife: "O senhor Inspetor das Obras Públicas, Thomás Antônio Nunes, mande picar, logo e logo, as Armas de El Rei de Portugal que se acham nos Arcos de Santo Antônio, Conceição da Ponte do Recife, no Convento de São Francisco, Ribeira do Peixe e Açougue das Cinco Pontas, assim como todas as mais que houverem em outros lugares".

Aproveito ainda este artigo para adiantar três informações quanto à Capela-Mor da Igreja de Igaraçu: possuía cimalha real de pedra lavrada, cúpula de tijolo, em abóbada de berço e ampla seteira de iluminação do lado direito. A planta baixa desta parte da Igreja era, na primeira metade do Século XVII, um pouco mais curta no sentido da profundidade que a de nossos dias. Possuía altar-mor de cantaria de calcário ricamente trabalhada e pintada em ouro e pigmentos vermelhos, azuis e verdes. Este altar assentava sobre amplo supedâneo, em tudo semelhante ao da Igreja do Convento do Santo Cristo de Ipojuca, e várias outras da mesma Ordem Religiosa. Este supedâneo ocupava a metade da área da Capela-Mor e tinha quase um metro de altura, para o qual ascendia-se por escada de pedra lavrada, ladeada por grandes e ricos frontais de cantaria. Esses frontais, recolhidos pela pesquisa, servirão para a completa reconstituição do antigo ambiente da Capela-mor, provavelmente desfigurado cerca de 1697.

Finalmente, importa registrar que trabalho na redação de uma monografia que visa a abrigar todas as informações recolhidas nas fontes históricas e arqueológicas, bem como na observação direta de todos os exemplares da Arquitetura Franciscana no Nordeste.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

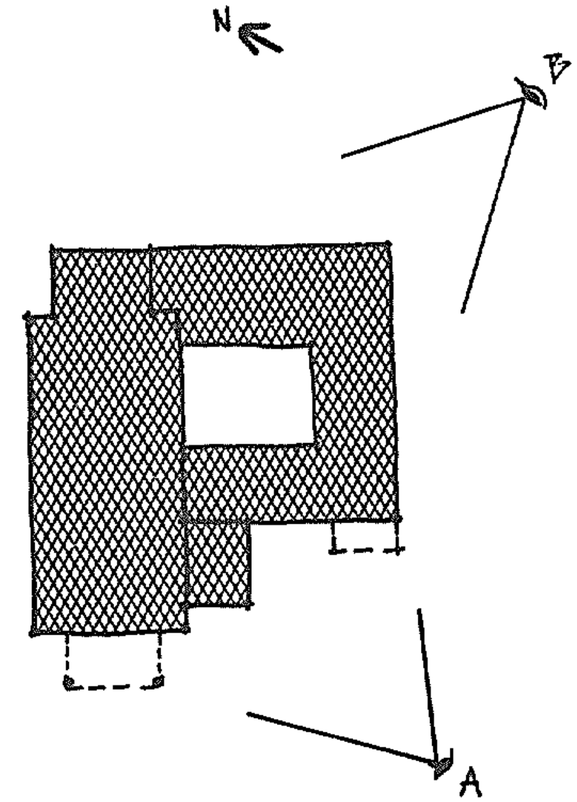
1. Bazin, Germain — **A arquitetura Religiosa Barroca no Brasil,** Rio de Janeiro, 1983.

2. Pereira da Costa, F. A. — **Annais Pernambucanos,** Recife, 1983.

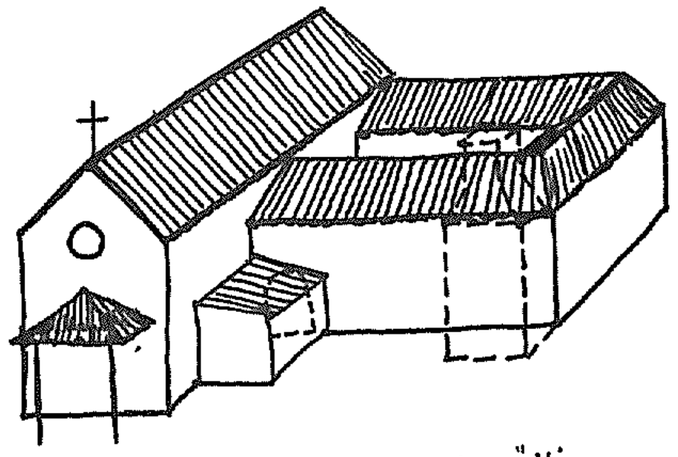
3. Jaboatão, Fr. Antônio de Santa Maria, — **Novo Orbe Seráfico Brasílico,** Rio de Janeiro, 1859.

4. Mello, José Antônio Gonsalves de. — "Rebêlo, Pintor Setecentista do Recife", **Arte Religiosa,** Recife, 1966.

5. Willeke, Frei Venâncio. "Atas Capitulares da Província Franciscana de Santo Antônio de Brasil", **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** vol. 286, Rio de Janeiro, 1970.

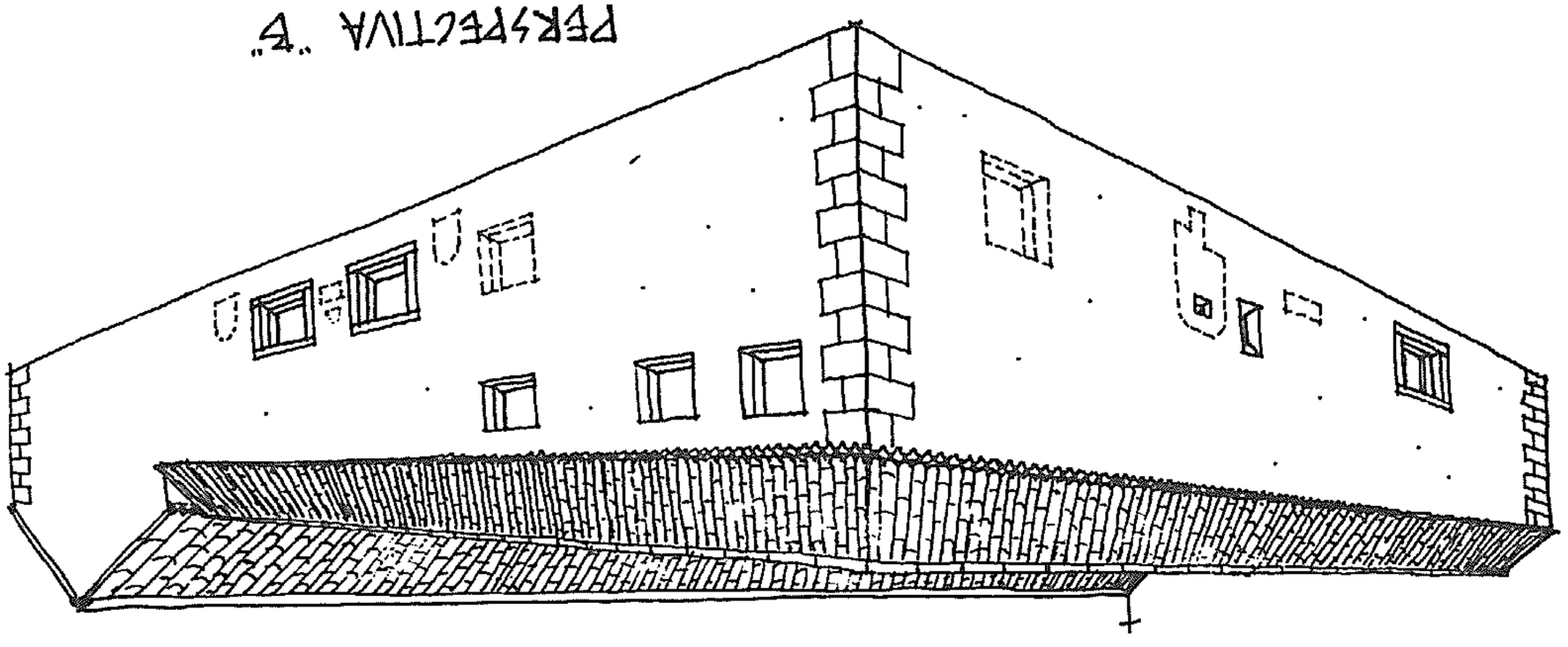


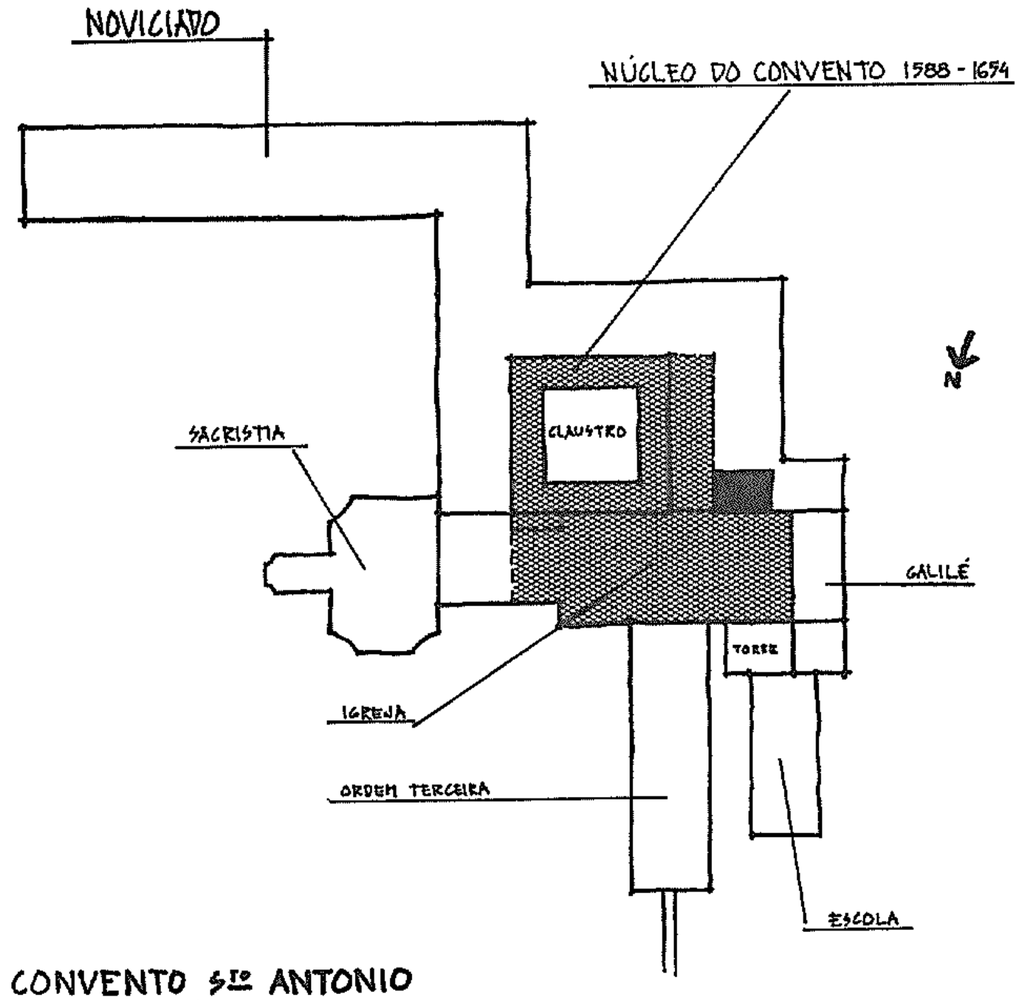
CONVENTO STO ANTONIO
IGARAÇU
NUCLEO INICIAL 1588-1654
PERNAMBUCO - BRASIL



PERSPECTIVA "A"

"B" PERSPECTIVA





CONVENTO Sto ANTONIO
IGARAÇU
INÍCIO SEC. XX
PERNAMBUCO-BRASIL